

Seminário 9 de Maio Que União na Europa Alargada?

A Europa alargada: que futuro?

Ferro Rodrigues . Secretário-geral do Partido Socialista

Comemoramos hoje o Dia da Europa. A Europa da esperança, alargada aos novos membros que procuram na União Europeia uma âncora de segurança, de reforço das suas estruturas democráticas e um espaço onde encontrem a prosperidade.

Como socialistas portugueses, sentimos este alargamento de um modo muito especial. Porque foram Governos do Partido Socialista que, em Portugal, estiveram na génese dos grandes passos em direcção ao projecto europeu. Soubemos entender que na Europa estava a afirmação e reforço do Portugal democrático, da nova sociedade que Abril abriu. Por isso compreendemos os anseios dos outros.

Fizemos o caminho para a União alargada, sabendo separar o que era a defesa específica dos interesses portugueses na negociação em Bruxelas, da necessidade de alcançar o objectivo da unificação do espaço europeu. Sempre percebemos que não havia qualquer contradição entre, por um lado, seguir o imperativo ético de apoiar as democracias emergentes no centro e no leste do continente e, por outro, manter a capacidade para lutar pelos nossos legítimos interesses no seio da União. Aí está a atestá-lo o modo exemplar como o Governo do Partido Socialista negociou a “Agenda 2000” – de que resultou o Quadro Comunitário de Apoio de que o país actualmente beneficia.

Recordo, em particular, quanto o Governo socialista de Portugal se bateu, na Cimeira de Nice, pela defesa dos interesses dos países candidatos, evitando fórmulas que prejudicariam irremediavelmente a sua capacidade decisória futura na União e adiariam o alargamento.

A União Europeia prepara-se para o desafio deste alargamento com grandes interrogações sobre o seu próprio projecto. Vou destacar três tópicos: a questão institucional, o modelo social europeu e, finalmente, os problemas da segurança e defesa.

A Convenção sobre o Futuro da Europa em curso tem registado tensões, algumas criativas e fruto de um salutar debate de ideias, outras derivadas de conflitos de ambições nacionais nem sempre tão respeitáveis. Temos o dever de não ser pessimistas, mas igualmente de estar muito atentos ao resultado deste exercício.

De forma clara afirmo que é necessário preservar o **equilíbrio inter-institucional** inerente ao projecto europeu. Uma Europa alargada e mais complexa não pode constituir pretexto para romper a estabilidade até agora mantida entre as instituições: entre uma Comissão que defende o interesse supranacional de todos; um Conselho que dá voz aos Estados-membros e um Parlamento que representa os povos. Uma Comissão com capacidade de propor e de executar e um Conselho e um Parlamento cujas funções são fiscalizar, aprovar ou recusar.

Uma Europa alargada não pode constituir pretexto para romper o princípio da igualdade entre os Estados-membros ou pôr definitivamente termo à rotatividade das Presidências, ou mesmo restringir o acesso ao cargo de Comissário apenas aos cidadãos oriundos dos países mais prósperos ou com maiores populações.

Recusamos que o método comunitário seja pouco a pouco substituído por uma deriva inter-governamental, que mais não visa do que a renacionalização progressiva ou abrupta das políticas comuns, ou daquelas que não interessam aos contribuintes líquidos.

Recusamos uma Europa de directório, gerida por aqueles que pensam que demografia é sinónimo de democracia, pelos iluminados que crêem deter a sabedoria de poderem definir o que é bom para todos. Não queremos uma Europa onde os Governos nacionais, com a incontestável legitimidade que recebem de quem os elege, acabem por ser meros espectadores de um jogo centrado em Bruxelas e em Estrasburgo, em que uma euroburocracia se sinta dona da máquina e se limite a nos deixar a liberdade de traduzir para a nossa língua os regulamentos que edita.

Não queremos confusões institucionais, onde não se sabe bem onde começa o poder de uns e acaba o de outros. Somos a favor de uma Constituição da União Europeia que defina com clareza o papel dos Estados e das instituições europeias, que assente na divisão transparente de poderes dentre estas, com estrito respeito pelo princípio da subsidiariedade - palavra complicada que, neste contexto, quer simplesmente dizer que a Europa não deve tentar fazer aquilo que os seus Estados melhor executem.

Queremos que da Convenção e da próxima Conferência Inter-governamental resulte uma Europa que seja uma estrutura plenamente democrática, onde o Parlamento Europeu possa vir a ter mais poderes à medida que as competências da União se alargam, com maior escrutínio de certas políticas, com a crescente partilha legislativa com o Conselho de Ministros, nomeadamente através do facilitar das decisões por maioria.

Queremos que os Parlamentos Nacionais se envolvam, cada vez mais, no quotidiano da União, em modelos de representação colectiva que não tornem mais complexo o processo decisório, mas produzam uma aculturação europeia crescente dessas assembleias. Internamente, esses parlamentos devem ter um papel reforçado no efectivo controlo daquilo que os Governos vão defender ou já defenderam em Bruxelas.

Queremos preservar, em absoluto, a integridade e o poder exclusivo de iniciativa da Comissão Europeia, evitando concorrências no processo legislativo, dando-lhe uma maior legitimidade na sua dupla dependência do Conselho e do Parlamento, mas exigindo-lhe uma estrita neutralidade no tratamento dos diversos Estados, obrigando-a a justificar e a provar, no dia-a-dia, que representa, de facto, o interesse comum da União. E queremos que a sua transparência e democracia interna sejam indiscutíveis.

Não devemos ter medo de afirmar que o caminho para uma Europa federal continua aberto no futuro: federal é já o conceito da Comissão europeia, federal é já o modelo dos Tribunais europeus, proto-federal é já o próprio Parlamento Europeu. Se os cidadãos europeus vierem a verificar que a Europa que têm, com instituições a caminho do federalismo, representa a melhor resposta para a resolução dos seus problemas, que legitimidade temos nós para não aceitar essa escolha ?

Se admitirmos que o actual papel dos Governos pode evoluir no contexto comunitário, então haverá que tirar todas as consequências do que isso representa no caminho para um modelo federal, com todas as salvaguardas que esse modelo terá de trazer. Mas, antes disso, será necessário esclarecer bem e ouvir os cidadãos da União, ligando tal decisivo passo a referendos nacionais. E esse terá de ser o caso em Portugal, no entender do Partido Socialista. Nas circunstâncias concretas em que se tem desenrolado o processo de constitucionalização

da Europa, referendos nacionais podem introduzir o traço de união entre a legitimidade constitucional estadual e a legitimidade constitucional europeia.

Sobre matéria institucional na Convenção, devo deixar uma nota de preocupação pelo autismo que o Governo português tem evidenciado. Da sua boca, por vários intérpretes, já ouvimos de tudo – até palavras sensatas. Há falta de diálogo com a oposição, em contraste evidente com a prática que os governos socialistas instituíram e de que o PSD foi o principal beneficiário. Ainda no mês passado, o Senhor Primeiro Ministro partiu e regressou do Conselho Europeu de Atenas sem antes ouvir os partidos com assento parlamentar e os parceiros sociais. Que o Governo não venha dizer-nos que o que resultará no final está bem próximo daquilo que sempre defendeu – embora o nunca tenha explicitado em pormenor. O consenso europeu no plano interno constrói-se em diálogo, mas esta palavra é tabu no léxico de raiz autoritária que parece prevalecer na prática deste executivo.

Um segundo ponto prende-se com os desafios que se colocam às **políticas da União** e que definem a essência do projecto europeu, no que respeita à **coesão económica, social e territorial**.

A Europa com 25 Estados-membros e 450 milhões de habitantes terá capacidade para aprofundar o seu projecto comum, ou estará condenada a resvalar para uma grande zona de comércio livre e de limitadas ambições, marcando o fim do processo de integração política ?

O mundo mudou e globalizou-se. Devemos tentar encontrar soluções que permitam controlar a lógica subjacente às deslocalizações, busca permanente por salários mais baixos, menor protecção social ou juros mais altos.

A solução para esses problemas não pode ser encontrada à escala nacional. Para qualquer país, seja Portugal ou a Alemanha, as respostas só podem ser formuladas a nível europeu. Precisamos pois, como costuma dizer-se, de mais Europa - o que, para o PS, significa mais do que um grande mercado ou uma moeda única.

Queremos conservar o essencial da Europa que construímos, que nos deu paz e segurança durante décadas, que foi capaz de instituir um modelo social que deu bem-estar a gerações, que lançou um Mercado Interno de sucesso e a Moeda Única. Queremos aprofundar a coesão territorial incluindo a protecção específica das regiões ultra-periféricas. Queremos ligar a liberdade com a segurança, sendo firmes na luta contra a criminalidade, mas tendo exactamente a mesma determinação na preservação da cultura europeia de liberdades e de respeito pelo direito internacional. Queremos combater o flagelo do terrorismo, mas lado a lado com a luta contra o racismo, a xenofobia e a intolerância.

A Europa tem desafios a enfrentar neste domínio:

Há alguns anos, quando o Tratado de Amesterdão passou a incorporar, com o nosso apoio, um capítulo sobre o Emprego, algumas vozes da oposição doméstica ironizaram que o Governo socialista estava a alinhar com políticas que não favoreciam os nossos interesses imediatos, porque tínhamos então taxas muito baixas de desemprego.

Mas a política dos governos socialistas portugueses, no tocante à Europa, fez neste domínio, muito mais. Tivemos uma Presidência da União Europeia, em 2000, que foi considerada exemplar por toda a Europa.

Bom, por toda não, porque, um grupo acantonado na Santana à Lapa resistiu à evidência dos factos, espalhando atoardas sobre a ineficácia da prestação portuguesa, magnificando os menores problemas de percurso, colando-se eufórico qualquer voz crítica, ridicularizando as conclusões da Cimeira de Lisboa. Relembro este episódio porque ele se liga à chamada “Estratégia de Lisboa”. Por isso não podemos levar a sério o actual Primeiro Ministro vendo-o a subscrever recentemente, com o seu colega britânico, um texto na imprensa, extremamente laudatório para a Estratégia de Lisboa. Em que ficamos ? Dr. Jeckill and Mr. Hyde ou simples oportunismo ?

A estratégia definida na Cimeira de Lisboa, em Março de 2000, representa, de facto, um salto qualitativo da maior importância na abordagem europeia dos elementos de natureza económica e social que têm de estar no centro da reconversão do modelo para a Europa do futuro, que têm de reforçar o papel de justiça redistributiva que cabe à União, como parte do contrato constitucional que estabelece com os cidadãos e os Estados europeus. Foi essa agenda de modernidade, calendarizada e sujeita a um esquema de coordenação inédito, que o Governo do PS – e António Guterres, muito em especial – conseguiu levar como contribuição para a União Europeia. A Estratégia de Lisboa trouxe prestígio ao país e continua a estar no centro da agenda económico-social da União.

Os princípios dessa Estratégia não só permanecem plenamente válidos, como constituem, na opinião de muitos, um elemento vital para o sucesso do próximo alargamento. Com efeito, a modernização do tecido económico, o reforço da produtividade, a formação contínua, a aposta na sociedade do conhecimento são, entre outros, conceitos estruturantes que têm de estar presentes nos esforços de adaptação dos novos Estados membros às exigências comunitárias.

Mas a Estratégia de Lisboa não esqueceu que todos os esforços de racionalização produtiva ou de adaptabilidade da mão-de-obra se ligam também à preservação dos elementos essenciais do modelo social europeu, bem como à questão dos serviços públicos essenciais. E, como a actualidade fortemente recomenda, a uma consideração acrescida do problema do Emprego na Europa.

Vou ainda falar sobre **Defesa e Política Externa europeia**.

Acabou a era de uma Europa comodamente instalada entre a União Soviética e os Estados Unidos, estes como gestores tutelares duma Aliança Atlântica construída à imagem e semelhança da sua própria doutrina estratégica.

A essa Europa da previsibilidade e da estabilidade, vivendo no equilíbrio entre as duas super-potências, com mercados protegidos e matérias-primas acessíveis nos restos dos impérios coloniais, sucede hoje uma realidade nova. É uma Europa com mais riscos, com mais desafios, com cenários geo-políticos de proximidade cujos desequilíbrios é obrigada a enfrentar, como o caso dos Balcãs provou. Por isso, é uma Europa que tem de estar institucional e organizativamente à altura das novas responsabilidades.

Nenhum país, por mais poderoso que seja, pode encontrar respostas isoladamente para problemas e ameaças globais. Por isso no domínio da política externa e da defesa e segurança também precisamos de mais Europa, de políticas que permitam aos europeus actuar num mundo interdependente, influenciando os acontecimentos, sem ser apenas objecto passivo dessas evoluções.

Devido à dispersão dos instrumentos e sobretudo à ausência de vontade política, a Europa comunitária mostra carecer de capacidade para projectar e mesmo identificar os seus interesses estratégicos e não soube ainda encontrar uma unidade eficaz nas suas políticas externas - não necessitaríamos da crise do Iraque para o comprovar. Nem sequer, por exemplo, se assegurou coerência entre a política comercial e a política europeia de apoio ao desenvolvimento, bem como destas com a PESC.

Contra aqueles que tentam reduzir o processo de cooperação europeia às áreas económicas e os que consideram que uma política externa e de defesa é uma miragem, preferindo manter-se “soberanamente sós”, há que responder que é possível definir objectivos e interesses partilhados, defender e promover posições acordadas em conjunto e sobretudo agir em comum para implementar essas decisões. Não se trata de comunitarizar totalmente a política externa e de defesa, mas de dar passos que a tornem eficaz.

A crise do Iraque veio reforçar dúvidas de que, a curto prazo, a Europa possa afirmar-se a uma só voz no plano externo. No entanto, veio também agudizar o sentimento de muitos de que urge agir e avançar no sentido da convergência de vontades.

E aí está, a demonstrá-lo, a reunião para repensar a defesa europeia que juntou no Luxemburgo, dia 29 de Abril, quatro Estados-membros. As conclusões de tal reunião não deviam ser recebidas com a suspeita alarmada de minarem a relação transatlântica. Boa parte dessas conclusões parecem já, de resto, adquiridas no processo constitucional de que se vem ocupando a Convenção. Podem vir a constituir o princípio de uma cooperação reforçada neste domínio. E o facto da iniciativa estar por ora, ainda centrada num núcleo de países e se prestar a todo o tipo de críticas de quem visa impedir que uma tal cooperação avance, não deve impressionar – também a cooperação reforçada que afinal constitui o projecto da Moeda Única mereceu escárnio e cepticismo e, no entanto, aí está o EURO, a atrair muitos dos que antes o desvalorizaram.

Convém recordar que foram os próprios americanos quem mais pressionou a Europa para melhorar as suas capacidades militares. Sem autonomia, sem se reforçar o pilar europeu da NATO não se pode ir ao encontro daquilo que Washington nos pede, uns dias, e nos critica noutros. A centralidade da NATO na relação trans-atlântica não depende apenas do empenho que nela ponham os parceiros europeus – depende também do valor que lhe é atribuído de lado de lá do Atlântico. E reflectindo sobre os escritos e ditos dos teóricos neo-conservadores que dominam o pensamento estratégico da Administração Bush, esforçando-se por dividir a nossa velha Europa, a constatação que se pode fazer é que o seu apego à NATO não é substancialmente maior que a sua devoção à ONU...

O relacionamento transatlântico é essencial na defesa e segurança europeia, mas não poderá traduzir-se sempre na coincidência total de pontos de vista em todas as questões, das estratégico-militares às relações comerciais externas. É um facto que em muitos problemas a Europa e os EUA têm sérias divergências. Não partilhámos os mesmos pontos de vista na Cimeira da Organização Mundial do Comércio em Doha, quanto ao protocolo de Quioto, ao Tribunal Penal Internacional ou quanto à Cimeira sobre o Desenvolvimento Sustentável. E depois ?

Não causa surpresa a linguagem dúplíce – uma junto da opinião pública portuguesa e outra em Bruxelas (e se calhar até triplíce, com outra ainda em Washington...) de que o Governo português tem dado mostras na abordagem destes temas, como o conflito no Iraque acentuou. O Governo ensaiou uma coreografia política equívoca, alinhando pressurosamente

com os fortes e não cuidando, como deveria ter feito, de funcionar como elemento moderador e potenciador do diálogo e respeitador da legalidade internacional. Infelizmente, a Europa nada fica a dever a Portugal nesta crise, antes pelo contrário. E é pena !

O Governo quer sustentar que esteve sempre certo e com os vencedores desde a primeira hora. É fácil - basta ir a reboque dos acontecimentos e não ter princípios, nem sequer os mais fundamentais consagrados na Constituição e no Direito Internacional.

O PS, porém, não vai por aí. Somos claros no respeito dos princípios e na sua aplicação.

A segurança e a defesa são, para nós, o eixo central de afirmação e credibilidade de qualquer Política Externa e de Segurança Comum. E se a crise do Iraque teve algum mérito, foi justamente o de o realçar ainda mais. É do interesse estratégico de Portugal estar no centro de todos os projectos de cooperação reforçada que se empreendam entre membros da União Europeia. Estamos em Schengen e no EURO desde o início. E deveremos também estar num projecto de cooperação reforçada no domínio da Defesa.

É fundamental aproveitar todas as plataformas para a construção de entendimentos europeus. A recente iniciativa de reflexão sobre Defesa europeia merece-nos simpatia, considerando que está aberta a quem a quiser integrar, não se apresenta contra ninguém e será compatível com os compromissos da Aliança Atlântica. É ainda vital que esteja em sintonia com os passos de construção da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) que a UE está a criar.

Sabemos que alguns dos nossos futuros parceiros na UE alimentam dúvidas quanto à PESD e que os últimos acontecimentos os deixaram ainda menos sossegados, por entenderem que a NATO pode vir a ficar em perigo com estas iniciativas. Independentemente do debate que a NATO não poderá deixar de manter sobre o seu próprio futuro, será pela plena colaboração dos novos membros da UE na PESD que quaisquer desses riscos ou receios podem ficar afastados. Para nós, a PESD não se fará em detrimento da NATO, importando, contudo, intensificar urgentemente o diálogo com os EUA e o Canadá sobre o modo como vêm o futuro da organização.

O futuro da Europa alargada não pode ficar refém da relação com Estados-Unidos, tal como a Europa não pode construir-se contra os Estados-Unidos. Deverá, pelo contrário, desenvolver-se numa parceria entre iguais que reconhecem a interdependência existente entre os dois continentes.

Em conclusão:

A Europa alargada é o corolário natural de uma Europa de liberdade por que os socialistas portugueses sempre se bateram. Trará alguns difíceis desafios ao projecto europeu e a Portugal em particular? Com certeza que sim. Suscitará tensões intra-comunitárias e desafios nacionais a que será necessário responder ? Obviamente que sim.

Mas ter, num espaço comum, sob sistemas políticos de matriz democrática, com pleno respeito pelas liberdades individuais e colectivas e pelo Estado de direito, 25 países de uma Europa que historicamente se caracterizou por um tropismo pelo conflito armado, são vantagens inestimáveis que a nossa geração pode e deve aproveitar.